

AS DIFICULDADES DOS PRODUTORES RURAIS NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: uma realidade presente na Associação dos Agricultores Rurais da Comunidade de Novo Horizonte, em Tabatinga-AM.

Bruno dos Santos Rodrigues 1

Marinilde Verçosa Ferreira 2

Frâncio Costa Simão 3

RESUMO: São inúmeras as dificuldades vivenciadas pelos agricultores rurais da comunidade Novo Horizonte, em Tabatinga-AM, principalmente no tocante às principais Políticas Públicas para a Agricultura. A falta de organização política dos agricultores e de informações configuram-se como obstáculos para o não acesso aos programas benéficos. Esta comunicação se propõe a analisar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no acesso às Políticas Públicas para Agricultura Familiar. A metodologia orientou-se nas abordagens qualitativas, atendeu uma amostragem de 17 agricultores associados, aplicou-se um questionário contendo perguntas abertas e fechadas. Os resultados apontam que a maioria está às margens das Políticas Públicas, 59% não possui conhecimento sobre as políticas e benefícios.

Palavras chave: Políticas Públicas. Agricultura Familiar. Comunidade Novo Horizonte - Tabatinga-AM.

ABSTRACT: There are numerous difficulties experienced by rural farmers in the Novo Horizonte community, in Tabatinga-AM, mainly in relation to the main Public Policies for Agriculture. Lack of political organization of farmers and information are obstacles to non-access to benefit programs. This communication proposes to analyze the difficulties faced by family farmers in accessing the Public Policies for Family Agriculture. The methodology was oriented in qualitative approaches, attended a sample of 17 associated farmers, a questionnaire was applied containing open and closed questions. The results indicate that most are on the margins of Public Policy, 59% do not have knowledge about policies and benefits.

Keywords: Public Policies. Family farming. Community New Horizon - Tabatinga-AM.

¹Professor Substituto Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant da Universidade Federal do Amazonas-UFAM- Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

E-mail: bruno94.58@hotmail.com

²Professora do Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant da Universidade Federal do Amazonas-UFAM- Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia-UFAM.

E-mail: marinildevercosa@gmail.com / marinilde@ufam.edu.br

³Professor Substituto Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant da Universidade Federal do Amazonas-UFAM- Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

E-mail: francio.costa@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A problemática das desigualdades sociais no Brasil não é recente. Está presente durante todo o seu processo histórico, desde os tempos da colonização até os dias atuais. O sistema de exploração que teve início com a escravidão indígena e negra muito presente no Brasil Império e no Brasil República, resultou num contingente de excluídos, principalmente após a libertação dos escravos. A não absorção no mercado econômico desse contingente ocasionou vários problemas sociais. Isso levou a se pensar em políticas públicas, uma forma de o Estado “compensar” essa dívida social.

De acordo com Bobbio (2000), o Poder Político consiste no poder que um homem pode exercer sobre outros, como por exemplo a relação entre governante e governados. Para o autor a finalidade da política envolve vários aspectos. “Os fins da política são tantos quantas forem as metas a que um grupo organizado se propõe, segundo os tempos e as circunstâncias” (BOBBIO, 2000, p. 167). E por fim, o Poder Político é representado no domínio do Estado, instituição esta, responsável pela ordem social e econômica.

Nesta perspectiva, cabe ao Estado a promover políticas públicas, cuja finalidade é propiciar o bem estar social dos cidadãos. Lynn (1980) define políticas públicas como um conjunto de ações do governo com vistas a produzir efeitos específicos em uma sociedade. De acordo com Peters (1986) as políticas públicas consistem na soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, cujas ações influenciam na vida dos cidadãos. Trata-se da ação do Estado por meio de agentes públicos que no exercício das atividades públicas agem e tomam decisões em busca de melhorias para a sociedade e atendimento das demandas de interesse público. Vale ressaltar que existem os membros de grupos que integram o sistema político, denominados de sujeitos, os quais influenciam na atuação e nas decisões do governo por meio de reivindicações ou executando ações, que serão transformadas em Políticas Públicas. São grupos estatais ou públicos, ligados diretamente ao Governo ou ao Estado e os grupos privados, provenientes da sociedade

civil como a base trabalhadora, empresários, mídia, entre outros setores que compõe a sociedade (TEIXEIRA, 2002).

No Brasil, as políticas públicas alcançaram significativos avanços, sobretudo, em meados dos anos 2000, com destaque ao atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social e nas conquistas das mulheres pela efetivação de seus direitos. No que tange às Políticas Públicas para a agricultura familiar Denardi (2001), chama atenção para o fato de que as políticas públicas para a agricultura familiar deu-se principalmente na política agrícola, já que a política agrária foi sempre marginal ou inexistente. Ressalta ainda que a previdência rural é a política pública de maior alcance social do país.

Na Amazônia, ter acesso as políticas agrícolas significa melhoria nas condições socioeconômicas das famílias que residem no interior na região, uma vez que grande parte da população retira da pequena agricultura, do extrativismo, da caça e da pesca o sustento de sua família.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E AS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de agricultura familiar é relativamente recente no Brasil. Anteriormente denominava-se de pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês. Daí, Altafin (2005), dizer que agricultura familiar brasileira é um conceito em construção que ainda possui características ligadas à produção camponesa tradicional. Para esta autora, as transformações vivenciadas pelo agricultor familiar, nos últimos tempos, não significa uma ruptura definitiva com as formas de produção anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Contudo, não se pode negar seus avanços e conquistas, principalmente com a Constituição de 1988. Mattei (2005), explica que a Constituição de 1988 garante novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, com a finalidade de democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. A CF/88 também trouxe como garantia

a universalização da seguridade social. Em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Tais políticas vêm ao encontro das necessidades do agricultor familiar, a primeira garante benefícios sociais equiparados aos dos trabalhadores urbanos e a segunda garantia ao crédito à produção e ao investimento agrícola.

Em 2003, o governo federal implementa o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, coordenado nacionalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. O PAA, considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, constitui um mecanismo complementar ao PRONAF, uma vez que garante a compra de parte da produção da agricultura familiar. Posteriormente, novos programas são criados como, o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), cujo objetivo levar assistência técnica aos agricultores, capacitá-los tecnicamente e, por conseguinte, melhorar a sua produção, seu produto e aumentar as chances de inserir seus produtos no mercado. Além de auxiliar o agricultor a escoar a sua produção, com isso elevar sua venda e renda da família.

Destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) instituído pela Lei nº 11.947/2009, prevê a compra de no mínimo 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para suprir as escolas da rede pública de ensino. A aquisição se dá por meio de chamadas públicas, assegurando uma renda fixa mensalmente às famílias participantes desta referida modalidade. É uma forma de garantir a escoamento da produção e evitar problemas e por dificuldades em suas vendas, tendo em vista que a compra é garantida pelo governo.

3 AGRICULTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE NOVO HORIZONTE (AAR), EM TABATINGA-AM E O DIFÍCIL ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O município de Tabatinga está localizado na Mesorregião do Sudoeste Amazonense e Microrregião do Alto Solimões (Figura 1), encontra-se unido aos territórios dos maiores países amazônicos: Brasil, Peru e Colômbia, também conhecida

como a região da Tríplice Fronteira⁴. Possui uma área territorial de 3.266,062 km² e uma população de 61. 028 habitantes (IBGE, 2016), comporta 64 comunidades rurais, distribuídas ao longo das margens esquerda do rio Solimões, igarapé do Tacana, igarapé de Belém do Solimões, Crajari e área do projeto de Assentamento Urumutum.

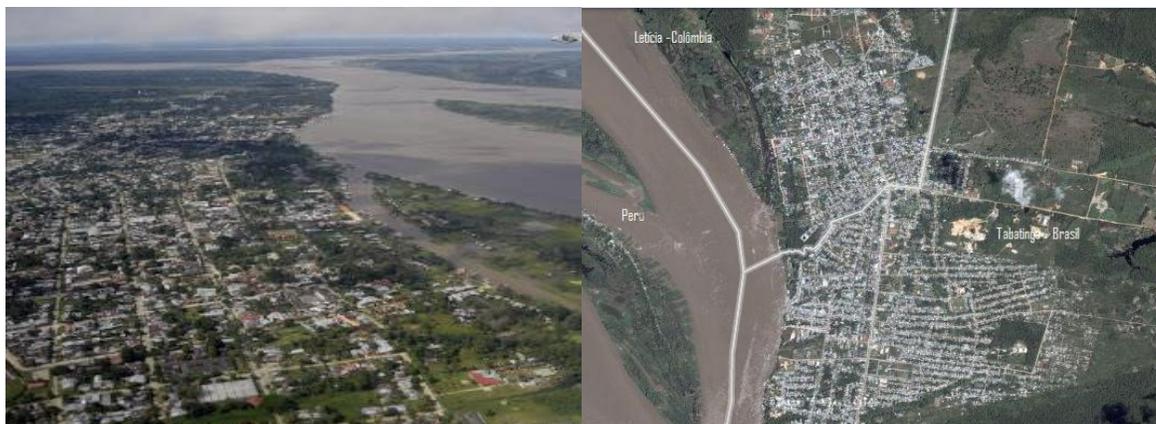


Imagem 1 - Vista aérea do município de Tabatinga/AM
Fonte: google maps/2016

A associação dos Agricultores Rurais da Comunidade de Novo Horizonte (AAR), localizada na estrada Geodésica II, Projeto de Assentamento Urumutum, Zona Rural do Município de Tabatinga-AM, atualmente é composta por 32 associados residente na comunidade. As atividades na comunidade iniciaram em 2004, porém a sua constituição legal como AAR se efetivou em 2007. A base econômica da comunidade é o cultivo de hortaliças, frutas e a criação de animais, conforme mostra o quadro a seguir.

⁴A região é composta basicamente pela floresta e pelos rios da Bacia Amazônica e é conhecida como Alto Solimões. O local da tríplice fronteira (Brasil-Colômbia-Peru), onde estão localizadas as cidades-gêmeas de Tabatinga, no lado brasileiro, e Letícia no lado colombiano, é o principal ponto de comunicação entre os dois países.

| Nº | Produtos | Nome Científico | Número de Famílias Produtoras |
|----|---------------------|--|-------------------------------|
| 1 | Macaxeira | <i>Manihot esculenta Crantz</i> | 10 |
| 2 | Tomate | <i>Lycopersicum Solanum</i> | 3 |
| 3 | Cheiro Verde | <i>Petroselinum crispum</i> | 11 |
| 4 | Couve | <i>Brassica oleraceae sp.</i> | 11 |
| 5 | Repolho | <i>B. oleracea L. var. capitata L.</i> | 10 |
| 6 | Pepino | <i>Cucumis sativus.</i> | 8 |
| 7 | Alface | <i>Lactuca sativa sp.</i> | 6 |
| 8 | Banana | <i>Musa spp</i> | 5 |
| 9 | Abacate | <i>Persea americana</i> | 2 |
| 10 | Abacaxi | <i>Ananas comosus L. Merrill</i> | 4 |
| 11 | Cupuáçu | <i>Theobroma grandiflorum</i> | 1 |
| 12 | Limão | <i>Citrus limon</i> | 2 |
| 13 | Laranja | <i>Citrus sinensis L. Osbeck</i> | 1 |
| 14 | Graviola | <i>Annona muricata L.</i> | 1 |
| 15 | Mamão | <i>Carica papaya L.</i> | 1 |
| 16 | Criação de Carneiro | <i>Ovis aries</i> | 1 |
| 17 | Criação de Peru | <i>Meleagris gallopavo</i> | 1 |
| 18 | Criação de Peixe | <i>Pseudopercis numida</i> | 2 |
| 19 | Criação de Galinhas | <i>Gallus spp.</i> | 9 |
| 20 | Criação de Patos | <i>Anas Platyrhynchos</i> | 1 |
| 21 | Criação de Porcos | <i>Sus scrofa</i> | 1 |

Quadro1: Produtos Cultivados e criação de animais

Fonte: Pesquisa de campo/2016

Na Amazônia, a polivalência de atividades dos povos tradicionais é que garante o sustento da família sendo de extrema importância para a manutenção do seu modo de vida. Essas atividades se caracterizam pela produção em regime familiar e se estende a outras multiatividades simultâneas e sequenciais realizadas em perfeita harmonia com os ciclos da natureza. Trata-se de uma estratégia que garante a sobrevivência dos povos tradicionais e estão intimamente relacionadas com o uso e manejo sustentado dos recursos naturais. Além do policultivo, esta pesquisa identificou que a produção é voltada para o consumo e a venda. Sendo 76% das famílias produzem para o consumo e a venda, 12% somente para venda e 12% somente para o consumo. Isso vem ao encontro dos estudos de Noda (2006) quando explica que a agricultura familiar no Amazonas é praticada em ambientes poucos modificados, que não sofreram, ainda, os impactos negativos do avanço da agropecuária estritamente voltada aos mercados ou das ações de projetos de desenvolvimento de grande porte voltados à exploração de recursos naturais. Sua produção é diversificada que, além de permitir

uma oferta constante, ampla e variada de alimentos para o autoconsumo, proporciona maior estabilidade ao sistema produtivo, pois o suprimento das necessidades básicas em alimentos da família independe da comercialização, as crises do mercado podem afetar o núcleo produtivo, mas não inviabilizam sua sobrevivência. No entendimento de Conceição, Fraxe e Schor (2009) parte da produção agrícola proveniente do trabalho familiar destina-se ao consumo do produtor, enquanto a outra parcela tem como destino a comercialização em forma de mercadoria.

Não se pode negar a importância da agricultura familiar nesta pequena comunidade da Amazônia, uma vez que ela garante o sustento das famílias que nela residem, porém a falta de incentivo à agricultura familiar e a falta de acesso aos programas e políticas voltadas para este segmento de agricultores configuram-se como entrave para o desenvolvimento da comunidade. Para os agricultores, ainda que haja a presença do SEBRAE promovendo junto com a Associação as feiras de negócios, do IDAM que em parceria com o IFAM-Campus Tabatinga atuando na orientação de plantio, cultivo, criação e assistência técnica, são pequenas diante das necessidades dos agricultores. Embora, se tenha conhecimento da importância da agricultura familiar no Estado as políticas dos governos, estadual e municipal são quase inexistentes para a maioria dos municípios que basicamente sobrevivem com o fundo de participação dos municípios e as transferências governamentais, ou seja, a maioria dos municípios é dependente economicamente.

Identificou-se que 59% dos agricultores desconhecem ou não tem informações para ter acesso aos programas sociais e de financiamento da agricultura familiar. O programa de maior conhecimento dos agricultores é o PRONAF, mas muito não demonstram interesse, devido as questões burocráticas, documentais e exigências de garantias, alguns associados afirmam que para obter esse financiamento depositaram seus poucos bens materiais, inclusive seu único imóvel residencial. Ressalta-se que as experiências relatadas pelos agricultores deram-se com as instituições presentes no município, Banco do Brasil, Banco do Povo e AFEAM. Por outro lado, a falta de organização da Associação é outro entrave que dificulta o acesso aos programas e políticas de forma coletiva. No caso da AAR, não dispõe do registro da DAP

(Declaração de Aptidão ao Pronaf)⁵. Outros problemas decorrentes da falta de políticas públicas são apontados pelos agricultores da comunidade e que comprometem o crescimento da agricultura familiar, 63% indica a falta de melhorias na infraestrutura, o que indica a necessidade de pavimentação das estradas que dão acesso à zona rural do município, seguido de 22% que indicaram a falta de investimento na saúde do campo, sendo então necessário criar postos de saúde próximo à comunidade, outros 11% afirmam que necessitam de investimentos na área educacional, o que representa a criação de escolas na zona rural para que não haja um deslocamento tão extensivo até a zona urbana.

Ao analisarmos a dinâmica econômica do Estado do Amazonas percebemos que o fulcro da economia está centrado na cidade de Manaus que abriga um suntuoso parque industrial, enquanto que as condições de vida dos povos tradicionais continuam à margem do desenvolvimento. O Estado do Amazonas, apesar de acomodar um grande estoque de recursos naturais o setor agrícola é ineficiente, o que leva à incapacidade de atender a demanda por alimentos principalmente das áreas urbanas. Este fato acaba determinando a importação de produtos em outros centros de produção.

Daí a constatação de que “o que de fato existe é uma agricultura de subsistência, naturalmente marcada pela baixa produtividade, salvo algumas exceções (PEREIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 15). No âmbito das políticas de desenvolvimento pouco se pensa nos pequenos empreendimentos como mecanismos para desenvolver a economia local. Esses pequenos empreendimentos, juntamente com os serviços públicos, são os responsáveis pela a dinamização da economia dos municípios brasileiros, principalmente daqueles que não dispõem de grandes empresas industriais, pontos comerciais ou de empresas prestadoras de serviços. São os principais responsáveis pela geração dos empregos e ocupações existentes, somados aos servidores públicos.

⁵Documento necessário para que agricultores e agricultoras familiares tenham acesso às políticas públicas do Governo Federal. Com o documento, é possível ter acesso a mais de 15 políticas públicas, dentre elas o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; e os programas de compras públicas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

A ineficiência do Estado no tocante a falta de um plano de governo voltado para o desenvolvimento do interior contribui para aumentar a dependência dos municípios ao fundo de participação, uma vez que são mínimas as iniciativas de estímulo ao setor produtivo.

4 CONCLUSÃO

A agricultura familiar na comunidade é de grande relevância, pois dela provém o sustento das famílias. O estudo revela que as políticas públicas para agricultura não se fazem efetivas na vida dos associados da Associação dos Agricultores Rurais da Comunidade de Novo Horizonte, pois encontram inúmeras dificuldades para ter acesso a essas políticas, principalmente por falta de informação, processo burocrático, exigências de garantias contratuais e avalista. Identificou-se que 59% dos agricultores desconhecem os programas sociais e de financiamento para a agricultura familiar, afirmam ainda que não tem informações para acessá-los. A falta de investimento na agricultura familiar tem ocasionado problemas no escoamento da produção devido a infraestrutura precária, sobretudo na pavimentação das estradas que dão acesso à zona rural.

Revela ainda que faltam políticas de incentivos à produção no interior, onde as políticas de desenvolvimento do setor rural pouco se concretizaram nas localidades distantes, isso significa que o interior amazônico ficou relegado à situação de marginalização, posto que os investimentos foram concentrados prioritariamente nos grandes centros, deixando os habitantes das cidades distantes com poucas alternativas de acesso ao mercado de trabalho, levando-os a forjarem novas estratégia como garantia da reprodução da vida. Faz-se necessário que o poder público intervenha com as políticas públicas voltadas ao agricultor familiar, visto que a comunidade tem dificuldade de se desenvolver sem ação do Estado como agente promotor e indutor do desenvolvimento, tendo em vista que a falta de investimento no setor tem ocasionado problemas no escoamento da produção devido a infraestrutura precária, sobretudo na pavimentação das estradas que dão acesso à zona rural. É preciso maior organização política dos agricultores, uma vez que possuem limitações que dificultam a construção de um projeto pautado no associativismo.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <<http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>>. Acesso em: 20 jul.2007.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos Clássicos**. 8ª tiragem, Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CONCEIÇÃO, Susianne Gomes da; FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; SCHOR, Tatiana. **Agricultura Familiar e capitalismo: desafios para a continuidade da categoria na Amazônia**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo 2009. PP. 1-16. Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br> Acesso em 23 de julho de 2016.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul/set. 2001.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 10 de agosto de 2016.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif. Goodyear. 1980

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: MDA/NEAD, 2005, 136 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

NODA, Hiroshi. **Agricultura familiar na Amazônia, Segurança Alimentar e Agroecologia**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Coordenação de Pesquisa em Ciências Agroeconômicas. 2006. Disponível em: <www2.emater.pa.gov.br/EmaterPortal/downloads/.../afriFamAmz.pdf> Acesso em 28 de julho de 2016.

PEREIRA, Marcelo Souza; NASCIMENTO, Luiz R.C. **O escoamento da produção agrícola: a microrregião de Manaus e as estratégias dos produtores para superar os entraves**. Manaus: Valer, 2012.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas - AATR-BA**, 2002.